



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.735

REPRESENTAÇÕES DO MST SOBRE O PRESIDENTE COLLOR, POR MEIO DO *JORNAL SEM TERRA* (1990-1992)

Fabiano Coelho
Doutor em História – UFGD
Docente do curso de História - UFGD

Resumo: Em três décadas de existência, o Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST) se consolidou como um dos movimentos sociais mais expressivos da história brasileira. Ao lutar por terra e demais aspectos que envolvem a vida nos assentamentos e acampamentos, o Movimento se insere no campo político e se manifesta criando representações sobre diversas questões e personagens políticos do país. O trabalho analisa as representações construídas pelo MST sobre o presidente Fernando Collor de Mello, através do seu periódico, o *Jornal Sem Terra*, entre os anos de 1990 e 1992. Nesse sentido, a fonte central de investigação são os editoriais produzidos no *Jornal Sem Terra*, haja vista que, os mesmos são de responsabilidade da Direção Nacional do Movimento. O trabalho se envereda em torno dos aportes teóricos e metodológicos da história cultural, e o conceito “representação” se configura como basilar para as reflexões. As relações MST e Collor foram tensas antes mesmo de sua vitória eleitoral, em 1989. Collor e seu governo foram muito criticados pelo MST e representados como extensão das elites no comando do Brasil.

Palavras-chave: MST; Collor; representações.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST) se consolidou como um dos movimentos sociais mais expressivos da história brasileira¹. Ao lutar por terra e demais aspectos que envolvem a vida nos assentamentos e acampamentos de sem-terra, o Movimento² se insere no campo político e se manifesta criando representações sobre diversas questões e personagens políticos do país.

O presente texto analisa as representações construídas pelo MST sobre o presidente Fernando Collor de Mello, por meio do seu periódico, o *Jornal Sem Terra*, entre os anos de 1990 e 1992. Nesse sentido, o referido

¹ Sobre a organização, atuação e desenvolvimento do MST, ver: (FERNANDES, 2000); (STÉDILE, 1997); (SILVA, 2004); (COLETTI, 2005); (SILVA, 2004); (LERRER, 2008); (CARTER, 2010).

² Quando escreve-se Movimento com letra maiúscula, refere-se ao MST.

jornal é a fonte privilegiada de investigação³; e por uma escolha metodológica as reflexões estão pautadas nos editoriais do periódico. O *Jornal Sem Terra* nasceu em 1981, em formato de boletim, com o nome de *Boletim Sem Terra*⁴, e sua historicidade está intrinsicamente ligada à própria organização e desenvolvimento do MST. Ao longo do tempo, o periódico se transformou em um instrumento político relevante para o Movimento, haja vista que, a organização do MST o utilizou para construir representações sobre diversas questões que envolveram suas lutas.

Ao trabalhar com a ideia de “representação”, destaca-se que as contribuições teóricas e metodológicas do historiador Roger Chartier (1990; 2002) foram basilares para as reflexões. As representações são construções sociais das experiências históricas, em que os sujeitos fundamentam suas visões de mundo a partir de seus interesses e de seu grupo. As representações visam construir o mundo social, sendo elas matrizes dos discursos e das práticas dos grupos. Deste modo, compreender as representações dos grupos é compreender como o mundo dos mesmos é socialmente construído. Para a Direção Nacional do MST⁵, o *Jornal Sem Terra* se tornou um importante instrumento nas “lutas por e de representações” no “campo político” brasileiro (BOURDIEU, 2006; CHARTIER, 1990).

Nas eleições de 1989, Fernando Affonso Collor de Mello foi eleito o presidente do Brasil. Para o MST, a vitória de Collor significou um período tenso e conflituoso. Collor era visto pelo Movimento como se fosse o representante da “burguesia”⁶ nacional, não comprometido com os trabalhadores.

Anteriormente à presidência da República, Collor havia sido prefeito de Maceió/AL (1979-1982), deputado federal (1982-1986), e governador de Alagoas (1987-1989). Collor foi o presidente mais jovem da história do Brasil, na época em que assumiu o cargo tinha 40 anos de idade. No que tange à sua filiação em partidos, antes de ser presidente, sua trajetória esteve ligada a

³ Como subsídio teórico e metodológico para análise do *Jornal Sem Terra*, utilizou-se as contribuições dos seguintes autores/as: Ana Luiza Martins (2001; 2003; 2006; 2008), Tânia Regina de Luca (1999; 2005; 2006; 2008), Maria Helena R. Capelato (1980; 1988), e Bernardo Kucinski (1991).

⁴ Sobre a produção e historicidade do *Jornal Sem Terra* na organização do MST, ver os trabalhos de Fernando de Perli (2002; 2007) e de Antonio Alves Bezerra (2011).

⁵ A Direção Nacional é composta por lideranças dos diversos estados em que o Movimento se faz presente e atuante. Sobre a estrutura organizacional do MST, ver: (FERNANDES, 2010).

⁶ No MST, o termo “burguesia” é utilizado costumeiramente entre os seus integrantes para se referir aos grupos dominantes. Isto é, as elites brasileiras.

partidos conservadores, como: Arena (Aliança Renovadora Nacional), PDS (Partido Democrático Social), PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), PRN (Partido da Reconstrução Nacional). No estado de Alagoas, Collor e sua família tinham influências políticas significativas e controlavam grande parte dos meios de comunicação.

Ao findar das eleições de 1989, com a derrota de Lula (candidato apoiado abertamente pelo MST), através do *Jornal Sem Terra*, o Movimento buscou animar seus integrantes, como se as eleições fossem um grande aprendizado para sua organização. Para o MST, a denominada “burguesia” (banqueiros, empresas multinacionais, industriais, latifundiários, e outras forças conservadoras) tinha planos com a eleição de Collor:

Será a aplicação das fórmulas do FMI. Teremos uma enorme recessão. Serão privatizadas diversas empresas estatais. Continuaremos enviando os bilhões de dólares em pagamento aos juros da dívida externa. Os salários serão arrojados. As condições de vida da classe trabalhadora continuarão piorando. E as forças de mercado, segundo eles é que devem regular a economia, ou seja, salvem-se quem puder⁷.

Antes mesmo da posse de Collor, o Movimento orientou seus integrantes sobre a necessidade de “combater os planos do governo Collor”, pois este iria governar para os “ricos e exploradores”. No plano político, o MST previa que Collor iria manter uma tática de “pau e prosa”⁸, isto é, repressora. Sua vitória foi considerada “imoral”, “corrupta” e “antidemocrática” por ele utilizar a máquina pública dos estados no período de campanha eleitoral e os meios de comunicação para se construir enquanto uma figura “defensora dos pobres”⁹, representando Lula enquanto um elegível não confiável.

Sobre a eleição de Collor, algo peculiar marca esse processo, é o fato de ele ter se lançado/apresentado como um “herói”, “salvador”, “combatente destemido da corrupção e dos assim chamados ‘marajás’ – servidores públicos privilegiados com altos salários” (FAUSTO, 2012: 473). Conforme Tarcísio Costa, Collor fez da política um “espetáculo”, um teatro da vida pública. “A estridência no ataque aos ‘marajás’ e o discurso de satanização dos políticos

⁷ Os planos da burguesia com Collor. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, dezembro de 1989, ano IX, n. 90, p. 4.

⁸ Os planos da burguesia com Collor. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, dezembro de 1989, ano IX, n. 90, p. 4.

⁹ Collor levou mas não ganhou. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, dezembro de 1989, ano IX, n. 90, p. 12-13.

eram indicativos claros do gosto do futuro presidente pela política-espetáculo, pela teatralização da vida pública, que se acentuou nos dois primeiros anos de mandato”. Ao dramatizar a política, Collor “diluiu as fronteiras entre o público e o privado”. “No topo da máquina do Estado estaria um jovem executivo, soberano para dispor sobre os recursos públicos como se inscritos em seu patrimônio pessoal” (COSTA, 2000: 260-261). Ou seja, Collor fez do Estado o quintal da sua casa. Nesse processo, investiu na construção de sua imagem como um presidente novo, forte e vigoroso.

Renato Janine Ribeiro pondera que Collor eminentemente transformou a política em “espetáculo”, ao “teatralizar o político”. Ao fazer uso da publicidade para criar sua imagem de “superpresidente”, Collor incorporou sua animalidade, em que o físico resolveria o político, o econômico e o social do país. No início do mandato, quando a cada domingo se exibia em um esporte novo, buscava passar “uma impressão de eficiência, força e juventude, dando à opinião pública a noção de que pela força do corpo e da vontade o presidente venceria os problemas do Brasil, da inflação ao subdesenvolvimento” (RIBEIRO, 2004: 34). Transformando a política em espetáculo, não se tinha comprometimento com o bem comum. O que importava era a propagação de sua figura política, enquanto a população se limitava a ser expectadora.

Na ascensão à Presidência da República, não se pode esquecer da estratégica utilização da imagem de Collor pela mídia. Durante a campanha eleitoral, o MST atentou-se para isso e publicou diversas matérias em seu jornal em tom de denúncia às práticas de Collor nas mídias. Na concepção do MST, Collor se utilizou de muitas mentiras, em especial, na televisão, para “influenciar o eleitorado ignorante”. Assim, a TV Globo teria “produzido Collor”¹⁰. O “eleitorado ignorante”, para o Movimento, eram as pessoas que não analisavam os discursos de Collor nas mídias, deixando-se enganar por sua retórica e imagem bem elaborada.

No tempo em que esteve na presidência da República, o MST se tornou um opositor ferrenho do governo Collor. A figura do presidente foi vista e associada a tudo que existia de “mais reacionário na sociedade brasileira”. Logo no início de seu mandato, o Movimento associava Collor à Ditadura Civil-

¹⁰ Collor levou mas não ganhou. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, dezembro de 1989, ano IX, n. 90, p. 12-13.

Militar¹¹. Logo, o presidente representava o “continuísmo”: “O regime mudou de cara, mas não mudou o seu conteúdo, nem os seus objetivos”¹². Os objetivos do continuísmo, representados também em Collor, perpassavam a não efetivação da reforma agrária, a oposição aos trabalhadores e a manutenção do *status quo* na sociedade.

Nos primeiros dezoito meses de mandato, além das representações que indicavam que o presidente era a continuidade da Ditadura Civil-Militar, contrário à reforma agrária e aos trabalhadores, o MST investiu em deslegitimar Collor e as ações de seu governo. Seu governo era acusado de ser fisiológico, sem unidade e servindo aos interesses das elites: “A equipe do governo montada por Collor não tem unidade política. Representa um ajuntamento de pessoas para atender a interesses de setores da burguesia que apoiaram a sua campanha para presidente”¹³. Assim, o MST visualizava as políticas de Collor como “demagogia e arrocho”¹⁴. Por trás da imagem construída de “superpresidente”, havia um gestor de um governo “fraco e confuso”¹⁵.

Para o MST, Collor era presidente da “demagogia” e “arrocho”¹⁶. A demagogia estava no fato de Collor estar mentindo para sociedade: falava uma coisa, mas suas práticas eram outras. O arrocho era em relação ao desastroso Plano Collor, que se caracterizava em um programa de estabilização monetária com uma medida drástica: o bloqueio de todos os ativos financeiros existentes no país acima de 50 mil cruzeiros novos, o chamado confisco, ou “sequestro das poupanças”. Essa medida de Collor foi conduzida pela Ministra da Fazenda, Zélia Cardoso de Mello, e visava a conter a inflação que chegava a 80% ao mês, com perspectivas de subir ainda mais. O confisco das poupanças durou dezoito meses e, embora com os valores reajustados, os investimentos perderam valor nesse período. Conforme Costa, o Plano Collor revelou o

¹¹ A utilização do termo “Ditadura Civil-Militar” baseia-se nos estudos que analisam o Regime Militar a partir do apoio e participação de setores influentes da sociedade brasileira, o que sugere a ampla participação de segmentos da população no golpe de Estado de 1964 e na trajetória da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido político criado em 1965 para apoiar os militares, que abrigou e articulou lideranças civis para dar sustentação ao regime político. Ver: (FERREIRA; REIS, 2007).

¹² Todos ao II Congresso Nacional. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, janeiro/fevereiro de 1990, ano IX, n. 91, p. 3.

¹³ Organizar e Mobilizar pra Resistir. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, março de 1990, ano IX, n. 92, p. 3.

¹⁴ Plano Collor: demagogia e arrocho. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, março de 1990, ano IX, n. 92, p. 1.

¹⁵ ROSSETO, Neuri. Os 100 dias de governo. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, junho de 1990, ano IX, n. 94, p. 4.

¹⁶ Plano Collor: demagogia e arrocho. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, março de 1990, ano IX, n. 92, p. 1.

“desapreço” do presidente com a gestão econômica (COSTA, 2000: 262). Ao ser lançado rapidamente, sem consulta e debate com lideranças empresariais, sindicais e com a sociedade, o plano traumatizou a população brasileira e, de certa forma, fracassou, pois ao final de 1990 a inflação retomava seu crescimento.

A cada edição do *Jornal Sem Terra*, o MST acompanhava as medidas do presidente Collor, quase sempre na perspectiva de que ele e seu governo eram “fracassados”¹⁷, “confusos, ineficientes e prepotentes”¹⁸, “omisso”¹⁹, “cínicos”²⁰, “incapazes”²¹, dentre outros predicativos. Collor e seu “governo colorido”, conforme o Movimento enfatizava ironicamente nas edições do *Jornal Sem Terra*, eram sinônimos de crise. Desta maneira, deveria ser “combatido”²². Esse combate era mediado pela denúncia, enfrentamento, resistência e avanço nas lutas. Isto é, os trabalhadores, mesmo isolados do cenário político, deveriam avançar, organizando acampamentos e atos públicos, além de produzir nos assentamentos, dando resposta à sociedade de que a reforma agrária era necessária, viável e relevante para a sociedade brasileira.

Muitas representações do MST também atentavam para o fato de Collor ser “incompetente” no que diz respeito às suas alianças políticas, uma vez que ele estava isolado politicamente. Essa foi uma característica de Collor como presidente: o personalismo prevaleceu em sua forma de governar. Na interpretação de Costa, Collor desenvolveu o que chama de “populismo de mercado” (COSTA, 2000: 261-262). Neste, conservaria o interesse do governante em personalizar o poder, legitimando seus atos numa relação direta com o povo. Mas, buscou anular o papel do Estado, considerado intervencionista, cartorial e parasitário. Collor não criou instâncias de interlocução com a sociedade, com os movimentos sociais e partidos políticos.

E a reforma agrária nesse contexto? Como ela foi tratada pelo presidente Collor? Na visão do MST, como se deu esse processo? Em relação à reforma agrária, em suas campanhas eleitorais, Collor fez promessa de que assentaria 500 mil famílias em todo o país. Quando sofreu o *impeachment*, em

¹⁷ Fazer uma ofensiva massiva e radical. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, junho de 1990, ano IX, n. 94, p. 3.

¹⁸ ROSSETO, Neuri. Os 100 dias de governo. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, junho de 1990, ano IX, n. 94, p. 4.

¹⁹ Continuar na ofensiva. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho/agosto de 1990, ano IX, n. 95, p. 2.

²⁰ Muitos desafios para 1991. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, dezembro de 1990, ano IX, n. 99, p. 2.

²¹ Governo incapaz. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, agosto de 1991, ano X, n. 106, p. 2.

²² Combater o governo Collor. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, outubro de 1990, ano IX, n. 97, p. 2.

seu terceiro ano na presidência, havia assentado 27.791 famílias. Esses dados revelam que a reforma agrária não era visualizada por Collor como relevante para o desenvolvimento do Brasil.

As lideranças do MST, por meio dos editoriais do *Jornal Sem Terra*, não esboçavam nenhum discurso no sentido de que Collor levaria a reforma agrária como prioridade. Pelo contrário, o presidente era representado como sinônimo de “descaso” e “omissão” com a reforma agrária. Ao fazer uma análise de conjuntura política, Maria de Fátima Ribeiro, da Direção Nacional do MST, elencou que os militantes do MST precisavam “desmascarar” Collor, pois sua política de reforma agrária era “das piores possíveis”²³. Assim, para o Movimento não havia perspectiva de reforma agrária com Collor na presidência, pois na questão agrária o presidente revelou “sua maior incompetência e falta de vontade política”²⁴. O balanço geral do MST sobre Collor e a reforma agrária foi muito negativo, ao ponto de desconsiderar os assentamentos que seu governo havia criado.

Entre os estudiosos da reforma agrária, há certo consenso de que Collor deixou muito a desejar. Ou melhor, suas ações face ao processo de reforma agrária foram pírias. Para Veiga, Collor foi tão “calamitoso” para a reforma agrária que se poderia retornar à década de 1960 (VEIGA, 1994: 298-299). De acordo com Feliciano, as propostas de reforma agrária no governo Collor foram “infames”, retrocedendo ainda mais a questão agrária no país. Neste governo, assim como nos anteriores, a proposta foi de apenas “minimizar os conflitos agrários onde as disputas pela terra eram mais acirradas e explosivas” (FELICIANO, 2006: 46-47). As instituições ligadas à reforma agrária foram desmanteladas e a administração pública do Governo Federal se tornou um caos.

Um dos aspectos que marcaram o mandato do presidente Collor foram as ações de isolamento e repressão sobre os movimentos sociais do campo. O presidente tratou os movimentos sociais do campo como “questão de polícia”. Com isso, constantemente, o MST utilizava o *Jornal Sem Terra* para denunciar as práticas repressivas do governo Collor. Na visão do Movimento, com Collor reeditava-se “a política de tratar as mobilizações dos trabalhadores como caso

²³ RIBEIRO, Maria de Fátima. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, outubro de 1990, ano IX, n. 97, p. 4.

²⁴ Reforma Agrária vira caso de polícia. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 1991, ano X, n. 105, p. 2.

de polícia e não como uma questão social”²⁵. A figura do presidente era representada semelhantemente a um “ditador”, que desrespeitava a lei, o congresso e a sociedade²⁶ para agir de forma repressiva. No interior do jornal havia sempre chamadas de matérias como: “Reforma Agrária vira caso de polícia”; “Repressão desenfreada e Repressão e impunidade”.

Sobretudo, a partir de 1991, em diversos estados, as Secretarias do MST foram alvo das ações da Polícia Federal, com apreensão de documentos e prisões preventivas de lideranças dos trabalhadores rurais. Muito mais que intimidar as lideranças, essas ações visaram desmobilizar as lutas do Movimento, bem como para criar imagens pejorativas do MST perante a sociedade, como se fosse uma organização ilegal e associada à violência. Desse modo, o Movimento estava envolto por uma “luta de e por representações” (CHARTIER, 1990; BOURDIEU, 2006). As ações e discursos de Collor e seu governo nas mídias buscavam incriminar e tornar ilegais as lutas do MST e, por sua vez, simultaneamente o Movimento forjava representações sobre o presidente e as ações de seu governo. Nesse jogo/luta, o *Jornal Sem Terra* se tornava um espaço significativo para as pretensões do MST.

Em diversos editoriais do *Jornal Sem Terra*, entre os anos de 1991 e 1992, revelava-se a tensão face às perseguições sofridas por integrantes do MST nos estados. O Movimento entusiasmava seus integrantes, por meio de mensagens de ânimo e força, enfatizando que a “terra prometida” estaria por vir. Com Collor na presidência, “a hora era de dificuldades”, os integrantes da organização precisavam “redobrar os esforços”²⁷. Sobre esse período, Fernandes salienta: “correu uma escalada de repressão contra o Movimento, de modo que, considerando a palavra de ordem ocupar, resistir, produzir, o resistir foi mais intensificado”. As ocupações de terra “eram rechaçadas pela polícia, de modo que em 1990 diminuíram significativamente os números de ocupações e de famílias na luta pela terra” (FERNANDES, 2000: 200).

Diante de uma conjuntura desfavorável, a partir da repressão e isolamento por parte do governo, o MST voltou suas forças para sua organização interna, sobretudo, no desenvolvimento dos assentamentos. Uma

²⁵ Continuar na ofensiva. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho/agosto de 1990, ano IX, n. 95, p. 2.

²⁶ Um ano de mentiras e crise. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, abril de 1991, ano X, n. 102, p. 2.

²⁷ Governo Incapaz. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, agosto de 1991, ano X, n. 106, p. 2.

das ações do MST foi articular a construção do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA)²⁸, “do qual surgiu, em maio de 1992, a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), organizada a partir de sete cooperativas centrais estaduais e de cerca de 55 cooperativas de produção e de comercialização” (COLETTI, 2005: 187).

No primeiro semestre de 1992, o MST e a sociedade brasileira foram surpreendidos com denúncias de corrupção e improbidade administrativa no governo Collor, sendo o presidente figura central. As denúncias mais emblemáticas foram feitas por seu próprio irmão, Pedro Collor, em entrevista concedida à *Revista Veja*. Na ocasião, o Movimento divulgou as manifestações da mídia e apoiou políticos e sociedade civil que almejavam o impedimento do presidente Collor.

No *Jornal Sem Terra*, a primeira edição que deu destaque às denúncias contra Collor foi a de maio/junho de 1992. O título do editorial era: “A podridão do Governo”. Nesse editorial, dava-se ênfase às denúncias de Pedro Collor sobre o irmão. Todavia, o MST foi para além de Collor, afirmando também que a corrupção era algo que vinha de governos anteriores, em especial, dos governos militares e de Sarney. Assim, salientava: “No tempo do Sarney foi a mesma coisa!”. E no tempo dos militares? Pior ainda”. Adiante, chamava atenção dos trabalhadores: “É preciso conscientizar a classe trabalhadora, que em todos os governos da burguesia sempre houve e haverá corrupção, roubalheira e desvio de dinheiro público para seus interesses particulares. Pois a burguesia pega o estado nas mãos justamente para isso”²⁹.

A perspectiva do “*continuismo*” face às representações sobre os presidentes brasileiros era notória. Corrupção, roubalheira, favorecimento às elites, oportunismo eram atreladas às figuras dos presidentes. Até àquele momento, todos os presidentes que passaram por Brasília eram representantes das elites, sendo assim, corruptos e corruptores.

Após as denúncias contra Collor, o MST voltou o olhar para o processo de impedimento do presidente e utilizou as edições seguintes do seu jornal para apoiar o *impeachment*. Na edição de junho/julho de 1992, reforçava as denúncias: “É tanta sujeira, tanta lama, que não passa dois dias seguidos sem

²⁸ O SCA é um setor do MST e tem na cooperação agrícola a perspectiva do desenvolvimento econômico dos assentados, garantindo a organicidade do Movimento.

²⁹ A podridão do Governo. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, maio/junho de 1992, ano XI, n. 116, p. 2.

que os meios de comunicação apresentem novos fatos de roubos, desvios de dinheiro, ligações com o narcotráfico, envolvendo o presidente”³⁰. Em edições posteriores, havia notas no interior do periódico com a seguinte chamada: “Fora Collor”. O editorial da edição de setembro de 1992 trazia o título: “Fora Collor. Reforma Agrária Já”³¹. Nele, o Movimento publicava mais denúncias de corrupção e improbidade administrativa do presidente, chamando a atenção de seus militantes para o fato de o impedimento de Collor ser inevitável – a sociedade não tinha mais dúvidas quanto ao envolvimento do presidente.

Na edição de outubro de 1992, o MST destaca no editorial do jornal: “Outubro Histórico”. Para sua organização, o acontecimento foi marcante, no qual se teve “pela primeira vez no Brasil, um presidente derrubado pela força das massas na rua, em que os deputados por estrondosa maioria acataram o pedido de impedimento e afastaram o Collor”³². O *impeachment* de Collor, ocorrido em 29 de setembro, foi comemorado pelo MST como uma vitória dos trabalhadores, dos jovens e da sociedade organizada que se mobilizou contra o presidente. É interessante que o MST se sentiu parte do “outubro histórico”, pois desde o início acompanhou as denúncias e apoiou o impedimento de Collor. O impedimento do presidente, para o MST, significava a perspectiva de um quadro político diferente, ou, no mínimo, menos repressivo. No dia 29 de dezembro de 1992, Collor renunciou à presidência da República e os parlamentares, apesar da renúncia, votaram pela suspensão dos seus direitos políticos por oito anos. Em seu lugar na presidência, assumiu o vice-presidente, Itamar Augusto Cautiero Franco, conhecido nacionalmente como Itamar Franco.

Diante do que foi analisado no texto, a relação MST e Collor foi tensa e conflituosa. Collor fora representado como a extensão das elites na presidência da República. Salienta-se que as representações do MST sobre Collor eram ancoradas em uma perspectiva “continuista”, como se Collor fosse a síntese da Ditadura Civil-Militar e das práticas políticas que vinham sendo desenvolvidas no governo anterior, do presidente José Sarney. Collor era a representação da corrupção, roubalheira, favorecimento às elites, descaso com a reforma agrária e violência contra os trabalhadores sem-terra.

³⁰ O capital vive do roubo. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, junho/julho de 1992, ano XI, n. 117, p. 2.

³¹ Fora Collor. Reforma Agrária Já. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, setembro de 1992, ano XI, n. 119, p. 2.

³² Outubro Histórico. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, outubro de 1992, ano XI, n. 120, p. 2.

Referências Bibliográficas

BEZERRA, Antonio Alves. **O Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e seus Temas: 1981-2001**. 312 f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino**: imprensa e ideologia no jornal *O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a Desigualdade Social**: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. **A Beira da Falésia**: a história entre incertezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

COLETTI, Claudinei. **A Trajetória Política do MST**: da crise da ditadura ao período neoliberal. 2005. 297 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas, UNICAMP.

COSTA, Tarcísio. Os Anos Noventa: o acaso do político e a sacralização do mercado. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem Incompleta**: a experiência brasileira. São Paulo: Editora SENAC, 2000. p. 247-282.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14ª Ed. São Paulo: Edusp, 2012.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento Camponês Rebelde**: a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Contexto, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Formação e Territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a Desigualdade Social**: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 182.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão (Orgs.). **Revolução e Democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários**. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, 1991.

LERRER, Débora F. **Trajetórias de Militantes Sulistas**: nacionalização e modernidade do MST. 2008. 197 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro.

LUCA, Tania Regina de. **A Revista do Brasil**: um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

_____. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MARTINS, Ana Luiza. Da fantasia à História: folheando páginas revisteiras. **História**. São Paulo, 22 (1), p. 59-79, 2003.

_____. **Revistas em Revista**: imprensa e práticas culturais em tempos de República. São Paulo (1890-1922). São Paulo: Edusp, 2001.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **Imprensa e Cidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

PERLI, Fernando. **Sem Terra: de boletim a tablóide**. Um estudo do Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Entre a solidariedade e a representação (1983 – 1987). 200 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2002.

_____. **A Luta Divulgada**: um Movimento em (in) formação – estratégias, representações e política de comunicação do MST (1981-2001). 333 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista – UNESP, Assis, 2007.

RIBEIRO, Renato Janine. A política como espetáculo. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Os Anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 31-40.

SILVA, Cristiani B. da. **Homens e Mulheres em Movimento** - Relações de Gênero e Subjetividades no MST. Florianópolis: Momento Atual, 2004.

SILVA, Émerson N. da. **Formação e Ideário do MST**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

STEDILE, João Pedro (Org.). **A Reforma Agrária e a Luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.

VEIGA, José Eli da. Reforma Agrária Hoje. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994. p. 298-305.